

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 43/2023, da reunião ordinária de 24 de julho de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 43/2023

Reunião ordinária pública de 24 de julho de 2023

Ao vigésimo quarto dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício Gnracion, situado na Praça Conde de Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu o recente anúncio da desclassificação do museu D. Diogo de Sousa e do museu dos Biscainhos, de museus de âmbito nacional para museus de âmbito local. Indicou não ser perceptível a razão, qual a justificação técnica para essa desvalorização dos dois principais museus da cidade de Braga. De seguida referiu que, sendo o museu dos Biscainhos o único no âmbito nacional dedicado ao estilo Barroco, não estando a pôr em causa a gestão municipal, mas não entendendo o partido socialista que estes museus tenham sido desvalorizados e não tenham continuado como museus nacionais. Após, indicou que não sabia se era do conhecimento do Presidente e dos presentes, a existência de uma petição a pedir a reversão dessa decisão, no sentido, de sobretudo o museu D. Diogo de Sousa continuar como museu de âmbito nacional. Referiu por fim, onde propôs à

câmara municipal, que fizesse uma moção no sentido de ser revertida essa decisão de desclassificar os dois museus, sobretudo o museu D. Diogo de Sousa. Em resposta o **Presidente da Câmara**, indicou que o Município de Braga assim como todos os outros com estruturas museológicas em causa, tinham sido surpreendidos com a decisão do ministério da cultura, de não seguirem o encadeamento lógico que seria expectável. Referiu, que até agora nunca o ministro ou alguém do Ministério da Cultura ouviu os autarcas ou responsáveis pelos equipamentos sobre esta matéria. No âmbito da reorganização da gestão dos museus e monumentos nacionais, anunciada pelo Ministério, a gestão dos museus D. Diogo de Sousa e dos Biscainhos passará para o Município de Braga e não para Museus e Monumentos da DGPC), que ficará responsável pela gestão dos museus que ficam sob a tutela do poder central. A decisão do Ministério não foi bem acolhida e neste momento está em curso uma petição contra a “desclassificação” dos museus até agora nacionais, onde estão completamente sensibilizados e associados a essa proposta de moção. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que afirmou todo o apoio por parte da CDU e a vontade em que esta decisão seja revertida. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que indicou ter ficado de apresentar uma proposta para os espaços desportivos de Braga, mas como na última reunião de executivo foram confrontados com um novo dado, um novo rácio e uma nova carta desportiva que seria apresentada em setembro, o partido iria esperar esses novos dados para ajustar a proposta. -----

----- De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que referiu pretender fazer um ponto de situação, até tendo em conta a recomendação aprovada na passada Assembleia Municipal, feita pela comissão de educação. Entre os três assuntos referidos na recomendação, na perspetiva da CDU, tornou-se urgente encontrar soluções compatíveis com a gestão das várias responsabilidades, entre os agrupamentos de escolas, Município e ministério, para dar uma resposta para as pontas letivas. Relembrou, em nome das mães na última reunião de câmara, onde afirmaram estarem a ser confrontadas com a falta de vagas e respostas às pré-inscrições feitas em toda a rede particular, vendo como única solução, recorrer a baixas médicas para ficarem com as crianças neste período. Referiu ainda, considerar a urgência e pertinência em dar uma resposta, que possa ser garantida fora dessa rede, ao contrário do que seria de esperar de entidades públicas e inclusivas. Indicou por fim, saber das dificuldades existentes com o parceiro que estava já “alinhavado”, que continuava a ser um parceiro interessado em manter essa resposta, mas onde a maior dificuldade se prendia com o transporte, especialmente quando terminava o período da manhã e ficavam com as tardes livres. Afirmou ter conhecimento que o transporte que estava previsto por lei, para essas crianças, não previa nenhum tipo de alteração nesses períodos (apenas casa escola e vice versa). Indicou compreender, que não fosse

possível alterar a lei, mas questionou e recomendou, que o Município pudesse pensar em alternativas suas, desde solicitar acordos de cooperação com juntas de freguesia ou mesmo com as IPSS que tivessem disponibilidade de transportes específicos para crianças com necessidades específicas. Tendo em conta todo o processo já referido pela Vereadora Carla Sepúlveda, ainda que não sendo responsabilidade do Município, que afirmou estarem a trabalhar numa solução, sugeriu a Vereadora da CDU, Bárbara Barros, que deve ser desbloqueado o que está a travar essa resposta, pois afirma que caso contrário, essas crianças no próximo ano letivo, continuarão confrontadas com a falta de uma resposta que era a garantida a todas as outras crianças do concelho. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, para dizer que “lhe parecia estar a viver a mesma situação de há um ano”, quando esteve em cima da mesa uma proposta por parte do executivo, que resolvesse as necessidades das crianças com necessidades específicas. Indicou que na altura o Partido Socialista, assumindo a dificuldade de resolução de todas as questões, sugeriu que o executivo se focasse nas férias onde apresentou uma proposta que de alguma forma dessa resposta à necessidade existente nas férias. Reforçou que, atualmente e da mesma forma que estiveram disponíveis para trabalhar em conjunto com o executivo no passado estavam disponíveis para ajudar na resolução dessas necessidades e em colaborar numa resposta para essas crianças. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, e em resposta referiu, que o resumo feito pela Vereadora Bárbara Barros, correspondeu à verdade, mas afirmou que a resolução dessa necessidade não se prendia só pelo transporte, mas também, com o número de crianças com essas necessidades dispersas pelas várias escolas. Indicou que foi feito pelo Município, um levantamento do universo que se estava a falar, e se verificou não ser possível dar uma resposta em cada uma das escolas. Assinalou ainda que a solução passaria por identificar dois espaços para não sobrecarregar apenas um. Declarou, que embora não tivessem ainda resposta concreta, estavam a trabalhar intensivamente e mesmo que não fosse uma resolução para as primeiras semanas do novo ano letivo, pudesse ser implementada a qualquer momento. Por último indicou que após as turmas estabilizadas e as escolas em funcionamento, poderiam efetivamente apresentar algo que fosse acolhedor para essas crianças. Em resposta à Vereadora do PS, Sílvia Sousa, afirmou que antes de proporem algo, iriam reunir com os partidos, para apresentarem e recolherem alguma proposta que fosse exequível. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 18 de julho de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. Aprovação da ata n.º 42/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Aprovada por unanimidade** -----

2. Alteração à Estrutura Orgânica Flexível do Município de Braga - Proposta de extinção da Divisão de Execução de Planos e de criação de Unidade de Execução de Planos sob dirigente de 3º grau. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, tudo de acordo com a documentação que consta do processo: **a)** A extinção da unidade orgânica flexível Divisão de Execução de Planos, na dependência do Departamento de Planeamento e Ordenamento, nos termos do n.º 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais; **b)** A criação de uma nova unidade orgânica flexível de 3.º grau, a Unidade de Execução de Planos, na dependência direta da Divisão de Planeamento, nos termos do art.º 7.º e n.º 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais; **c)** A alteração do regulamento orgânico do Município de Braga, divulgado pelo Despacho n.º 4626/2022, de 20.04, alterado pelo Despacho n.º 12033/2022, de 13.10.” **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. Processo Disciplinar

Deliberado aprovar por maioria, com 6 votos a favor e 5 votos em branco. -----

4. Consulta de mercado para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos para aquisição transitória de participações privadas em empresas locais - Internalização nos serviços do município das atividades desenvolvidas pela SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para consulta ao mercado bancário, para efeitos de contratação de um empréstimo de médio longo prazo, no montante de 15.000.000€ (quinze milhões de euros), à luz do normativo habilitante atualmente aplicável, constante do artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2023, para financiamento da aquisição da totalidade das participações sociais da SGEB, detidas pelos privados, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos serviços municipais das atividades desenvolvidas por aquela sociedade”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** onde numa breve nota de enquadramento explicou que, este processo antes mesmo da contratação do empréstimo teve de ir a reunião de Câmara o pedido de abertura de procedimento para que possam desencadear a consulta aos bancos. Aquando a contratação propriamente dita, o contrato da aquisição de participação bem como os estudos inerentes virão também a reunião de Executivo Municipal. Referiu ainda que, seria agendada uma reunião com os partidos, se possível antes da próxima reunião de câmara para apresentação desses dados. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde lembrou que “sempre foi a favor da internalização ou da dissolução da SGEB”, mas comentou o facto de “ser anunciado um empréstimo de 15 milhões de euros para concluir algo cuja informação não existe”. Alertou ainda o executivo para a necessidade de se fazer um levantamento sobre o estado de conservação de cada equipamento da SGEB, pois poderão ser necessários mais milhões para a manutenção dos equipamentos. Comunicou que, e por várias questões, o Partido Socialista faria chegar uma declaração de voto. **A Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, concordou com a decisão de dissolver a SGEB, mas desconhece como foram apurados os valores envolvidos na negociação. “Pedimos para que, antes da próxima votação na reunião de Câmara de setembro, nos seja facultado um histórico que nos permita perceber quais foram as negociações, que valores estiveram em cima da mesa e como é que se chegou a estes 15 milhões”. Lamentou ainda que tenha levado tanto tempo para liquidar a PPP (parceria público-privada), o que fez com que a poupança

agora anunciada “esteja muitíssimo longe do valor que na altura foi anunciado”, justificando assim a abstenção do partido. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que explicou que esse ponto teria de ser votado, porque o procedimento de qualquer empréstimo começa pela deliberação da Câmara Municipal, numa lógica de desencadear a consulta ao mercado e posteriormente do processo. Relativamente ao processo da SGEB, esse foi sendo assumido dentro dos quadros legais, sendo que inicialmente se ponderou à internalização, tendo sido bloqueado pelo enquadramento legal e pela falta de disponibilidade do Ministério das Finanças de realizar as alterações, destacando ainda que o sócio privado, como parceiro, tem direito a certas obrigações e condições que continuam a prevalecer, mas que, diversamente do que foi referido, a responsabilidade da manutenção dos equipamentos é da Câmara Municipal, e que independentemente do que será feito, nada mudará esses custos que a Câmara Municipal tem de ter, pelo que a questão que se estava a debater se trata de uma diferença do modelo financeiro. De seguida, referiu que ainda não existe uma minuta, mas que o valor já foi calculado e há o objetivo de na primeira reunião de setembro levar o acordo de compra, a contratação do empréstimo e os estudos que suportam essas matérias para depois remeter à Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas. Posteriormente, o **Partido Socialista** fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto: Relativamente ao ponto 4. da Ordem de Trabalhos, designado Consulta de mercado para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos para aquisição transitória de participações privadas em empresas locais - Internalização nos serviços do município das atividades desenvolvidas pela SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., o Partido Socialista abstém-se, considerando que: e a SGEB — Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., é uma sociedade participada pelo Município de Braga no quadro de uma parceria público-privada para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal; e a avaliação periódica desta parceria, na perspetiva da boa gestão e do interesse público municipal, indicia que a mesma não é economicamente sustentável e que onera excessivamente as finanças municipais; e a proposta de dissolução e liquidação da SGEB é pois um ato de boa gestão municipal, que poderá gerar um ganho potencial para o Município a médio e longo prazo; e a aquisição da SGEB é um processo ainda no início, que carece ainda de muitas etapas até se tornar efetivo e bem-sucedido; e a informação necessária para uma análise cabal do processo, nomeadamente o acordo escrito a realizar com os acionistas privados bem como os documentos finais de prestação de contas da sociedade, que permitirá aferir do real impacto desta operação nas contas do Município, não se encontra disponível; e os Vereadores do Partido Socialista não querem, ainda assim, condicionar a decisão de consulta ao mercado de um empréstimo de médio e longo prazo. De salientar que é da responsabilidade do Tribunal de Contas decidir sobre a*

legalidade da operação de dissolução e liquidação da SGEB pelo Município de Braga, nos moldes propostos, e autorizar que a mesma se concretize. Braga, 31 de julho de 2023". **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. ---**

5. Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública da expropriação de uma parcela de terreno, sita na União de Freguesias da Cabreiros e Passos S. Julião, concelho de Braga, destinada à ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião). Foram apresentadas as seguintes propostas: "Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º do Código das Expropriações, tudo de acordo com os documentos e informações constantes do processo: a) Proposta no sentido de aprovar a requisição de declaração de utilidade pública, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, da expropriação de uma parcela de terreno, com caráter de urgência, composta por terreno parcialmente confrontante com a Rua do Passal, sita em Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo 368, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 39145, com área de 1411,06 m2, que confronta com Domingos Silva Ferreira, estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com Torcato Peixoto Pereira Machado e outro a Poente; b) Autorização de posse administrativa do imóvel a expropriar, em face da fundamentada urgência; c) A aprovação do valor de 16.970,65 € (dezasseis mil novecentos e setenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador". **Deliberadas aprovar por unanimidade** -----

6. Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública da expropriação, com caráter urgente, de 3 prédios particulares e de todos os direitos a eles inerentes, por necessários à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente. Foram apresentadas as seguintes propostas "Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10.º,

12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º do Código das Expropriações, tudo de acordo com os documentos e informações constantes do processo: **a)** Proposta no sentido de aprovar a requisição de declaração de utilidade pública, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, da expropriação com caráter de urgência, por necessária à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente, de todos os direitos inerentes aos prédios particulares: i) identificado como parcela 2 - composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, na Freguesia de S. Vicente com área de 744,50 m², que confronta com Estrada a Norte, a Sul e a Poente e com proprietário não identificado a Nascente, ii) Identificado como parcela 4 -composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob o artigo 2406, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 1268, com área de 266,4 m², que confronta com Lote C5 a Norte, com Lote C3 a Sul e com Domínio Público a Nascente e Poente; iii) Identificado como parcela 11 – composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob os artigos 668 e 669 e na matriz rústica da mesma freguesia sob o artigo 18, com a área de 7175, 80 m², que confronta a com Estrada a Norte, Sul. Nascente e Poente; **b)** Autorização de posse administrativa do imóvel a expropriar, em face da fundamentada urgência; **c)** A aprovação do montante global de € 87.117,13 (oitenta e sete mil cento e dezassete euros e treze centimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação (indenizações autónomas), em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador”. **Aprovadas por unanimidade. -----**

7. Proposta de Prolongamento do Topónimo Rua José da Cunha, em Gualtar.”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de prolongamento do Topónimo Rua José da Cunha, na sequência da necessidade de se atribuir topónimo a uma artéria sem designação toponímica no Lugar da Veiga, em Gualtar, de acordo com a informação do Técnico e do parecer da Junta de Freguesia de Gualtar: Início – Rua da Ribeira e Fim – Sem saída”. **Aprovada por unanimidade. ED/412/2023 -----**

8. Delimitação Final da Unidade de Execução de Pitancinhos. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, proposta sobre Delimitação Final da Unidade de Execução de Pitancinhos, tudo de acordo com a documentação que consta do processo”. **Deliberada aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino**

Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros -----

9. Concurso público: CPE.05.23. DMOSM: empreitada de “Praia Fluvial de Crespos” - Decisão sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos; alteração do mapa de quantidades; alteração do art.º 23.º do programa do concurso e prorrogação do prazo para apresentação das propostas – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão do Sr. Presidente de 14/07/2023, que aprovou a lista de decisão sobre os erros e omissões do caderno de encargos, a alteração do mapa de quantidades, a alteração do art.º 23.º do programa do concurso e a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, tudo de acordo e nos termos da informação técnica contante do processo”. **Deliberada ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros-----**

10. Concurso Público: CPE.17.22. DMOSM – empreitada de “Requalificação e Ampliação do JI de Gualtar” - Ratificação da Aprovação da prorrogação do prazo para apresentação da caução. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão do Sr. Presidente, de 14/07/2023, que aprovou a prorrogação do prazo para apresentação da caução, tudo de acordo e nos termos da informação técnica contante do processo”. **Deliberada ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues**

de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.----

11. Concurso Público: CPE.12.23. DMOSM - empreitada de “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” - Ratificação da aprovação da abertura do procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão do Sr. Presidente, de 14/07/2023, relativa à aprovação de abertura de procedimento de Concurso Público da Empreitada de “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” (CPE.12.23. DMOSM), tudo de acordo e nos termos da informação técnica contante do processo.” **Aprovado a ratificar por unanimidade-----**

12. CPE.11.22. DMOSM - Requalificação da Piscina Municipal do Complexo Desportivo da Ponte – 1.ª modificação objetiva ao contrato. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta de autorização para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 15.883,89€ + IVA, e aprovação da prorrogação do prazo por 30 dias, prevendo-se a sua conclusão até 01/12/2023 e da minuta do aditamento ao contrato, tudo concernente à empreitada identificada em epígrafe e de acordo com a documentação constante do processo”. **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

13. 2ª Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Habitação – Início do procedimento (Ratificação). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão emanada pelo Presidente da Câmara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, de aprovar o Início de Procedimento de alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação, no sentido de acomodar as constantes alterações da legislação na área da habitação, verificadas nos últimos meses, que impactam significativamente as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Braga nos instrumentos que regulam os apoios concedidos, nomeadamente no arrendamento apoiado e nos apoios diretos concedidos sob a

forma de subsídios, como o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Aprovada a ratificar por unanimidade. AV/45/2023**-----

14. Regulamento do Programa Viva o Bairro – Início de procedimento (Ratificação). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão emanada pelo Presidente da Câmara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, de aprovar o Início de Procedimento de criação do Regulamento do Programa Viva o Bairro, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Aprovado a ratificar por unanimidade. AV/44/2023**-----

15. 1.ª Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente – Início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão emanada pelo Presidente da Câmara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, de aprovar o Início de Procedimento de alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, no sentido de acomodar as constantes alterações da legislação na área da habitação, verificadas nos últimos meses, que impactam significativamente as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Braga nos instrumentos que regulam os apoios concedidos, nomeadamente no arrendamento apoiado e nos apoios diretos concedidos sob a forma de subsídios, como o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Aprovada a ratificar por unanimidade. AV/46/2023**-----

16. Elaboração do Regulamento do Conselho Consultivo da Capital Portuguesa da Cultura (CCCPC) - Início de Procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Início de Procedimento de criação de um regulamento do Conselho Consultivo da Capital Portuguesa da Cultura (CCCPC), ao abrigo das atribuições e competências

municipais, nomeadamente, no domínio da cultura e no apoio a atividades de diversa natureza de interesse para o Município, nos termos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade. AV/48/2023** -----

17. Minuta de Cooperação entre o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua 5 de Outubro, na Ponte Pedrinha - Lomar”; **b)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, no valor de 3 505,47€, para apoiar a “Requalificação da Sede da Junta de Trandeiras- Substituição do Pavimento em madeira no Palco – (Reforço de verba)”; **c)** Junta Freguesia de Palmeira, no valor de 6 088,50€, para apoiar a “Requalificação da Rua do Rio (Honorários/Projeto)”; **d)** Junta de Freguesia de Esporões, no valor de 9 010,81€, para apoiar “Trabalhos realizados no cruzamento da Rua 10 de Outubro com a Rua da Graciosa”. ” **Deliberada aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

18. Protocolo de colaboração para assistência ao Heliporto do Hospital de Braga pelos Bombeiros Sapadores de Braga a celebrar entre o Hospital de Braga, E.P.E., e o Município de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de protocolo de colaboração para assistência ao Heliporto do Hospital de Braga pelos Bombeiros Sapadores de Braga, a celebrar entre o Hospital de Braga, E.P.E., e o Município de Braga, ao abrigo do número 1 e alínea g) do número 2.º do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

19. Proposta para atribuição de materiais escolares para alunos do 1.º ciclo do ensino público - ano letivo 2023/2024. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aquisição de material escolar, no valor de 49.799,00 € (quarenta e nove mil, setecentos e noventa e nove euros), para a sua conceção a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino

Básico, posicionados no escalão A, B e N.E., de acordo com as atribuições previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e nos termos que constam nos documentos que constituem o processo”. **Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

20. Programa Municipal de Enriquecimento Curricular - ano letivo 2023/2024. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de afetação do montante de 884.500,00 € (oitocentos oitenta quatro mil e quinhentos euros) para implementação das atividades de enriquecimento curricular aos alunos do 1º CEB da rede pública do município de Braga, para o ano letivo 2023/2024, e a minuta de Protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre o Município de Braga, os Agrupamentos de Escolas e as Entidades Parceiras, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Barbara Barros**, que afirmou que não estavam de acordo com a externalização das AEC e assim justificou o voto contra. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e voto contra da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

21. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos e condições constantes dos processos: **a)** Associação Cultural Recreativa e Desportiva Arsenal de Crespos – no valor de 2.000,00€ (n.º de atletas de formação e atletas femininas); **b)** ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho, no valor de 12.500,00€ (IX Edição do Festival “Do Bira ao Samba). Durante a deliberação, alertou-se para o facto de o ponto b) corresponder a um apoio financeiro de contrato de dinamização cultural e não a um apoio financeiro de contrato-programa de desenvolvimento desportivo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Apoios Financeiros - Contratos de dinamização cultural. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga, tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos: **a)** Associação Recreativa e Cultural de Santa Maria de Aveleda, no valor de 1.500,00€; **b)** Grupo Folclórico de Macada-Vimieiro, no valor de 1.500,00€; **c)** Rusga de S. Vicente de Braga – Grupo Etnográfico do Baixo Minho, no valor de 10.600,00€; **d)** RSCV – Associação Rancho Folclórico Santa Cecília de Vilaça, no valor de 1.500,00€. **Deliberados aprovar por unanimidade.** -----

23. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para execução da obra denominada Requalificação da Travessa da Esperança em Gondizalves”, no valor de 31 610,71€; **b)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), para execução da obra denominada “Requalificação da Calçada do Souto - Passos (S. Julião)”, no valor de 30 168,68€.” **Deliberados aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

24. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** Junta de Freguesia de Priscos, no valor de 1 685,10€, para apoiar a “Instalação de sistema de rega automática no Parque de Lazer do Pinheiral”; **b)** Junta de Freguesia de Tebosa, no valor de 74 163,25€, para apoiar a “Remodelação Exterior do Edifício da Junta de Freguesia”; **c)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, no valor de 25 834,04€, para apoiar a “Requalificação do Parque Infantil de Trandeiras”. **d)** União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, no valor de 2 270,57€, para apoiar o “Revestimento interior do muro de vedação do Cemitério

e reparação de calçada na Rua José Peixoto Rodrigues – Frossos”; **e)** União de Freguesias de Arentim e Cunha, no valor de 63 202,75€, para apoiar a “Execução do Guarda-Roupa do Grupo Cénico, Cultural e Beneficente de Arentim”; **f)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 3 169,40€, para apoiar a “Intervenção na Rua da Geira em Pousada”; **g)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 6 063,33€, para apoiar a “Substituição de pavimento no jardim de Infância de Arcos”; **h)** Junta de Freguesia de Ruílhe, no valor de 3 535,51€, para apoiar o “Aditamento ao Projeto - Ruílhe Park”.

Deliberadas aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

25. Propostas de atribuição de apoios financeiros para pagamento da ligação à rede pública de água. Deliberadas aprovar por unanimidade. -----

26. Propostas de atribuição de apoios financeiros a entidades. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades: **a)** Agrupamentos de Escola/Escola não Agrupada, no valor de 4.825,48 €, por motivo de urgência relacionada com a necessidade de se proceder à regularização dos créditos juntos dos respetivos fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; **b)** Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, no valor de 2.500,00 €, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, na alínea c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga e artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga; **c)** Proposta de atribuição de apoio financeiro ao Centro Social da Paróquia de Ferreiros, no valor de 40.000,00€, nos termos do disposto da alínea u) do nº1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no artigo F-1/3º, nº2, a) e b) do Código Regulamentar do Município de Braga”. **Deliberadas aprovar por unanimidade. -----**

27. Isenção de taxas dos operadores com recintos itinerantes nas Festas de S. João 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, o pedido de isenção apresentado pela Associação de Festas de S. João, através da Entrada n.º 40344/2023, das taxas liquidadas aos operadores com recintos itinerantes, no montante total de 9.297,00€, através do reconhecimento, com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto, nos

termos do n.º 4 do artigo H-1/16ª do Código Regulamentar do Município de Braga, tendo em conta a importância desta atividade para a realização das festividades, tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros e votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

28. Normas concursais do X Concurso de Bandas Filarmónicas de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as Normas concursais do X Concurso de Bandas Filarmónicas de Braga, de acordo com as alíneas e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo”. **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. ED/407/2023.** -----

29. Orçamento participativo Jovem "Tu Decides!" - Concretização dos projetos. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de apoios financeiros, no âmbito da Edição do Orçamento Participativo Jovem “Tu Decides!”, para melhor concretização e execução dos projetos vencedores, tudo de acordo com os documentos constantes do processo: **a)** Proposta N.º OTD/PV0013, Título da Proposta: DonaRádio 2.0 – O valor de € 24.957,98 (Euros), ao Agrupamento de Escolas D. Maria II (Escola Secundária D. Maria II); **b)** Proposta N.º OTD/PV0001, Título da Proposta: Das Ruas para o Ringue – O valor de € 20.458,00 (Euros), à Associação Parretas Team”. **Deliberado aprovar por unanimidade. ED/408/2023** -----

30. Guia interno de estágios na Câmara Municipal de Braga – Eixo “Encarreira-te”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, para aprovação do Executivo Municipal, o Guia Interno de Estágios da Câmara Municipal de Braga, a Minuta de Protocolo de Cooperação de Estágio Extracurricular e da Minuta de Protocolo de Cooperação de Estágio Curricular, ao abrigo do artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa (minuta de estágios curriculares). Aprovada por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com os votos contra dos Vereadores PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros (minuta de estágio extracurricular), ED/410/2023-----**

31. Moção da CDU sobre a criação de uma rede nacional de creches. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a moção apresentada pelo grupo municipal da CDU, tudo de acordo com o documento em anexo”. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que indicou ser claro o documento distribuído pelo partido a todos, onde referiu que já tinham apresentado uma proposta na Assembleia Municipal, sobre a gratuidade das creches. Acompanharam essa proposta e uma outra, que lhes parecia terem de andar de mãos dadas e que seria a criação de uma rede pública de creches, para que fosse garantida a gratuidade a todas as famílias. Referiu que se comprovou uma falta de vagas muito preocupante e questionou se o Município de Braga tinha estes dados. Questionou também, se no Município existia uma agregação das várias filas de espera das diferentes creches, e caso existisse esse trabalho, pediu se possível que lhe fosse disponibilizado essa agregação de valores e referiu que caso contrário seria importante que o Município tentasse

perceber e sinalizar junto do Governo e do Ministério de Educação, qual o volume de procura no geral do Município e em que freguesias ou zonas, é que essa procura tinha maior ou menor correspondência. Propôs, que esse levantamento fosse feito pelo Município e que o fizessem chegar, para perceber quantas respostas seriam precisas para colmatar. Afirmou que já tinham feito aprovar esta proposta nos restantes Municípios do quadrilátero, e considerou interessante que os municípios chamassem a si essa exigência à administração central, de um serviço universal e que deveria ser garantido, porque era a única forma de garantir que a medida democrática da gratuidade das creches chegasse a todas as famílias. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que iniciou referindo alguma dificuldade em lidar com essa proposta, pois considerou que estaria a ser apresentada no “lugar errado” e “deveria ser de alguma forma apresentada na Assembleia da República” e com isso não lhe fez muito sentido estarem a aprovar essa proposta. Referiu perceber que a CDU não tinha tido acesso aos dados do concelho e com isso pareceu-lhes demasiado vaga e pouco consequente para os habitantes de Braga. Por fim referiu que, no que dizia respeito a Braga, que era o que interessava defender nesse órgão, não estava assegurado que essa moção seria consequente. Indica por fim que, essa moção deveria ser reformulada ou votariam contra e o Partido Socialista faria chegar uma declaração de voto. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, em resposta à moção apresentada, onde referiu que a maioria se associou a esta moção, pois tudo que contenta com os interesses dos cidadãos bracarense seja na esfera da cultura ou social e que obrigassem a uma interpelação ao governo, podiam e deviam ser discutidas nesse fórum. Afirmou que, a questão das creches em Braga nesse momento era verdadeiramente crítica, pois, a realidade de Braga a nível demográfico era um pouco atípica face a outras zonas do país. Indicou, que o número de crianças sofreu um aumento significativo, pelos que já cá estavam, mas também com os que chegaram, o que criou muita pressão sobre essa resposta a ser dada à primeira infância. Afirmou também que os números foram questionados sistematicamente a todas as instituições sociais por parte dos serviços municipais, sendo certo que essa contabilidade ficou condicionada por dois fatores: primeiro existia uma sobreposição entre as listas de espera em cada uma das instituições e o segundo, porque era uma realidade dinâmica, ou seja, se os pais não conseguiam vaga numa instituição, a criança era deixada com algum familiar e entraria numa instituição num estado mais avançado da sua formação. Referiu também existir uma carência objetiva no nosso concelho em termos de resposta e, existirem todas as condições para ser exigido esse reforço a quem tem essa responsabilidade em primeira instância ou a quem quisesse, com o apoio do Município sobretudo do ponto de vista social, desenvolver esses projetos. Posteriormente, o **Partido Socialista** fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Relativamente ao ponto 31 da Ordem de Trabalhos - Moção da CDU sobre*

a criação de uma rede nacional de creches, o Partido Socialista (PS) vota contra considerando que: il. a partir de meados da primeira década, foi feito um esforço sem precedentes na construção de equipamentos destinados também à primeira infância, com o programa PARES (I e II); as creches, muitas no âmbito do terceiro sector (ex. IPSSs), são subsidiadas pelo Estado, beneficiando, em termos de custo para as famílias, as famílias com menos recursos; é essencial a continuidade e aprofundamento de medidas de política de apoio à primeira infância que permitam um maior acesso às respostas de diversa natureza e a promoção de uma efetiva conciliação da vida familiar e profissional; neste domínio, os sucessivos governos do PS têm levado a cabo medidas pioneiras, com destaque para as licenças parentais, quer no que diz respeito à introdução da obrigatoriedade do seu gozo por parte do pai, quer nos sucessivos prolongamentos de que foram alvo, sem penalização na remuneração quando articuladas com a sua partilha entre progenitores, e, como já referido, para a oferta de respostas à primeira infância e pré-escolar, traduzida em lugares em creches e em jardins de infância; a gratuitidade a nível nacional, uma medida do atual governo, já está a ser implementada, constituindo uma medida alternativa a uma eventual rede nacional de creches, não tendo ainda tempo de implementação que permita uma avaliação da sua eficácia; a moção apresentada não consegue demonstrar a dimensão do problema de falta de oferta de lugares em creches no concelho de Braga, não apresentando um único valor, e a sua natureza generalista afigura-se inconsequente na garantia de uma melhoria no acesso das famílias bracarenses a creches; no curto prazo, seria mais consequente um levantamento das necessidades ao nível do concelho e a promoção de uma resposta, por parte do município, que complementasse a oferta a nível nacional, enquanto a medida da gratuitidade das creches não alcança todo o território e/ou não é seriamente avaliada; 8. a moção apresentada, na perspetiva do PS, falha na identificação dos seus destinatários, se o seu objetivo for, de facto, promover uma resposta, no curto prazo, as necessidades de lugares de creche que ainda persistem no nosso concelho e não apenas marcar, de forma aliás inconsequente, a agenda política. Braga, 24 de julho de 2023". **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros e votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

32. Aprovação da ata em minuta. Deliberada aprovar por unanimidade. -----

Voto de louvor à atleta Sara Rocha, que integrou a equipa da europa se sagrou Vice-Campeã Mundial de Equipas em Bilhar, que decorreram em Ancara, Turquia nos dias 20, 21, 22 e 23 de julho de 2023, vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta de elite, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo para todos os bracaraenses. **Deliberado aprovar por unanimidade. ----**

Voto de louvor à atleta Valéria Koslova, que conquistou o título de Campeã Nacional de Natação, no escalão de infantis B, na prova de 100m Bruços, que decorreu em Vila nova de Famalicão, no dia 22 de julho, que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caraterizada por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

Voto de louvor ao atleta Miguel Oliveira, que conquistou o título de Campeão Nacional de Natação, no escalão de infantis, na prova de 100m Costas, que decorreu em Vila nova de Famalicão, no dia 21 de julho, que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caraterizada por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

Voto de louvor ao atleta Diogo Veiga Pereira, que conquistou o título de Campeão Nacional de Padel, sub18, que decorreu na Trofa, nos dias 08 e 09 de julho, que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caraterizada por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O **primeiro cidadão** a intervir, começou por informar que a situação que o levou à reunião já tinha sido exposta com toda a documentação através do Balcão Único, relativamente a um aterro ilegal na freguesia de Celeiros em terrenos de reserva ecológica, e que até à data não tinham tido qualquer tipo de resposta correspondente aos deveres e à lei. Referiu ser um problema que se arrastava desde 2015, quando fez a primeira vez a exposição. Esse aterro obstruiu um coletor público de águas pluviais e violou o PDM em vigor, fazendo com que essas águas retornassem e invadissem as propriedades privadas. Afirmou já ter tido, dias antes, uma resposta por parte do Presidente de Câmara que seriam tomadas medidas. Declarou também que teria sido feita participação à GNR à cerca de ano e aos serviços de

proteção da natureza, onde tinha obtido resposta, que a GNR tinha remetido esses pedidos à câmara municipal de Braga para instauração do devido processo contraordenacional e aplicação de coimas. Do que tinha conhecimento até à data da reunião o processo não sofreu nenhum desenvolvimento. Atestou ainda existirem descarga de terra e de ferro de um armazém especialmente durante o período noturno, junto à rotundo que liga a Av. Miguel Torga e a Av. de São Lourenço em Celeirós. Indicou já ter feito várias exposições por escrito e apenas uma teve resposta, “inconclusivo”. Por fim comunicou ter pedido a consulta do processo à câmara municipal e que até à data não tinha respondido. Em resposta, o **Presidente da Câmara** referiu que qualquer cidadão tem direito a consultar qualquer processo. Indicou também que teria de perceber a falta de resposta por parte do Município -----

----- Seguiu-se a intervenção do **segundo cidadão** que se seguiu, afirmou que em dezembro de dois mil e vinte e um esteve numa reunião de executivo, onde lhe foi feita a promessa pelo Presidente de Câmara, que durante a sua legislatura iria proceder à realização de obras de requalificação da rua Dr. Francisco Machado Owen, e questionou se essa promessa ainda se mantinha. Questionou de seguida, sobre um prédio onde a construção parou há cerca de trinta anos, e afirmou ter conhecimento que haveria um privado interessado para a construção de uma residência universitária, o certo é que o respetivo prédio continua sem qualquer intervenção. Outra das questões colocados, prendeu-se com as obras da escola Bairro Duarte Pacheco, onde estava previsto requalificar também o ringue desportivo, assim como, a área circundante onde não existia luz ou água. Indicou também, que desde longa data, esta rua era servida por dois autocarros (nº40 e nº41) e devido às obras do Bairro Social de Sta. Tecla, deixaram de ter o circuito do autocarro nº40, o que causou vários constrangimentos aos habitantes pois devido a essas obras o autocarro não conseguia circular nas ruas que foram construídas no bairro, fazendo com que os habitantes perdessem assim essa linha de autocarro. Por fim, referiu viver numa urbanização construída pela cooperativa Bracara Augusta, composta por quatro prédios, onde existiam também cafés e lojas a funcionar e onde todos os cidadãos tinham acesso. Afirmou que há cerca de quatro anos, tomou conhecimento que a referida urbanização tinha um estatuto de “público”, porque existia comércio e serviços, assim como circulação de pessoas, e “privado” porque corresponde aos tetos das garagens da urbanização. Ao longo dos anos, essas áreas serviram de parque a todas as crianças, incluindo crianças que não habitavam na urbanização, e que na ausência de um parque infantil, usaram para brincar. Com o passar dos anos foi-se degradando e eram necessários alguns arranjos de manutenção. Referiu assim que foi informado, que essa manutenção deveria ser feita pelos moradores da urbanização, viste ser privado. Pediu por fim, sensibilização por parte da autarquia, para a situação, pois era uma área de

acesso a qualquer cidadão e a todo o comércio que lá existia, e de apenas há pouco tempo terem conhecimento, que era de domínio privado. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que iniciou por dar resposta à última questão colocada, onde referiu que de facto existiam espaços de domínio privado de acesso público, e indicou não ter a perceção exata da situação onde podia realmente existir essa tipologia e só fazendo com uma avaliação em concreto. Iriam tentar perceber se seria possível enquadrar do ponto de vista jurídico e verificar se era possível o Município colaborar. Relativamente à questão colocada sobre o circuito do autocarro nº40, iria pedir informações pois não tinha esse conhecimento. Afirmou também, no que dizia respeito à intervenção no ringue desportivo, seria lançado um concurso público para a requalificação da escola do Bairro Duarte Pacheco e essa intervenção estaria agrupada a essa obra, mas seria a última obra a concretizar, pois seria nesse espaço que seriam montados os contentores onde os alunos iriam ter aulas enquanto decorressem as obras da escola. Declarou ainda, que dar uma resposta sobre o edifício onde a obra estava parada há vários anos, era mais difícil, pois já teria sido aprovado o projeto para o respetivo licenciamento e que o privado teria todas as condições para avançar com essa obra, não tendo o Município conhecimento das razões pela falta de avanço, visto terem todas as condições do ponto de vista urbanístico para o fazer. No entanto comunicou não ser uma matéria em que o Município pudesse intervir. Por fim, referiu também que a requalificação da rua Dr. Francisco Machado Owen seria concretizada, mas não lhes fazia sentido fazer essa intervenção na rua, antes da obra de requalificação da escola do Bairro Duarte Pacheco estar finalizada. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 11h e 20m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----